

A DIMENSÃO SOCIAL DA EVANGELIZAÇÃO

Braga, Portugal – 7 de Abril de 2015

INTRODUÇÃO

Agradeço muito o convite que me foi dirigido para partilhar convosco, nesta conferência, um dos temas cruciais da vida cristã: a dimensão social da fé, a dimensão caritativa da evangelização.

Sei que a cidade de Braga (do latim *Bracara Augusta*) é uma cidade histórica e imemorial. Esta é a primeira vez que estou nesta encantadora cidade, também chamada a “Roma Portuguesa”. Entre vós sinto-me muito bem e estou contente. Obrigado pela vossa hospitalidade.

Nesta conferência quero fundamentar-me no magistério de Sua Santidade o Papa Francisco, usando como principal fonte da minha reflexão alguns números da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, especialmente do capítulo IV. O Papa Francisco aborda os restantes temas do capítulo a partir destes pressupostos antropológicos e teológicos a saber: a inclusão social dos pobres; o bem comum e a paz social; e o diálogo social como contributo para a paz.

Este capítulo divide-se em quatro partes:

- as repercussões comunitárias e sociais do Querigma (EG 177-185);
- a inclusão social dos pobres (EG 186-216);
- o bem comum e a paz social (EG 217-237);
- e o diálogo social como contributo para a paz (EG 238-258).

Não veremos tudo, mas quero focar e delimitar o tema dentro do seu contexto, por isso assinalo e especifico de onde provêm as ideias fundamentais desta minha partilha.

- **APRESENTAÇÃO SUCINTA DA DOUTRINA SOBRE A EVANGELIZAÇÃO E O COMPROMISSO SOCIAL DA CARIDADE.**

- **A dimensão social da pessoa humana: vocação existencial**

É muito importante proceder ao esclarecimento da dimensão social da evangelização, pois, quando esta dimensão não aparece devidamente explicitada, corre-se o perigo de desfigurar o sentido integral e autêntico da missão evangelizadora (cf. EG 176).

A pessoa humana “desdobra-se” em três vectores ou horizontes: o teologal, o social e o individual: A meta a que aponta o Evangelho é o concretizar a comunhão do homem com Deus, consigo mesmo e com os outros homens. Portanto, a dimensão social do ser humano está no próprio núcleo do Evangelho. Por isso, o Evangelho, que é o próprio Cristo e que procura a redenção de todo o homem, não redime somente a pessoa individual, ou a dimensão individual da pessoa, mas também as relações sociais entre os homens (EG 178) e a relação do homem com Deus.

A vocação social do cristão explica-se a partir do próprio mistério da Trindade, pois fomos criados à imagem e semelhança da comunhão divina. Portanto, se em virtude da sociabilidade intrínseca da natureza humana, todo o homem está aberto aos outros, pois necessita deles para ser ele mesmo, do mesmo modo que os outros necessitam dele, para serem também eles mesmos, então isto significa que a comunhão entre os homens constitui uma nota essencial do ser

humano. E esta comunhão alcança a plenitude com o advento do amor, que é aquele que cimenta a unidade consumada.

A reflexão sobre o Mistério da Santíssima Trindade é ocasião para recordar os ensinamentos do Papa Francisco, na sua exortação *Evangelii Gaudium*, que nos convida a descobrir e aprofundar a conexão existente entre o professar e confessar a fé e o compromisso social.

Diz o Papa:

- “Confessar um Pai que ama infinitamente cada ser humano implica descobrir que «assim lhe confere uma dignidade infinita».
- Confessar que o Filho de Deus assumiu a nossa carne humana significa que cada pessoa humana foi elevada até ao próprio coração de Deus.
- Confessar que Jesus deu o seu sangue por nós impede-nos de ter qualquer dúvida acerca do amor sem limites que enobrece todo o ser humano. A sua redenção tem um sentido social, porque «Deus, em Cristo, não redime somente a pessoa individual, mas também as relações sociais entre os homens».
- Confessar que o Espírito Santo actua em todos implica reconhecer que Ele procura permear toda a situação humana e todos os vínculos sociais: «O Espírito Santo possui uma inventiva infinita, própria da mente divina, que sabe prover a desfazer os nós das vicissitudes humanas mais complexas e impenetráveis». A evangelização procura colaborar também com esta acção libertadora do Espírito.
- O próprio mistério da Trindade nos recorda que somos criados à imagem desta comunhão divina, pelo que não podemos realizar-nos nem salvar-nos sozinhos.
- A partir do coração do Evangelho, reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda a acção evangelizadora. A aceitação do primeiro anúncio, que convida a deixar-se amar por Deus e a amá-lo com o amor que Ele mesmo nos comunica, provoca na vida da pessoa e nas suas acções uma primeira e fundamental reacção: desejar, procurar e ter a peito o bem dos outros.” (nº 178)
- **Uma meta evangelicamente possível e necessária**

Pois bem, por nós mesmos, em virtude da estrutura ontológica mais íntima da pessoa, não podemos alcançar esta meta para a qual tendemos e que nos propõe o Evangelho. Por isso mesmo, necessitamos, para chegar a meta da comunhão, da ajuda do próprio Evangelho, a ajuda de Cristo, que se fez homem por nós e partilhou o nosso ser, assumindo-o a partir de dentro, até ao ponto de fazer suas e expiar em si mesmo as consequências dos nossos pecados.

Por conseguinte, se Cristo agiu assim connosco, da mesma forma devemos agir nós com os irmãos e irmãs. Porque “a Palavra de Deus ensina – diz o papa – que, no irmão, está o prolongamento permanente da Encarnação para

cada um de nós: «Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes» (Mt 25, 40).» (EG 179). Tal texto e outros semelhantes do Novo testamento manifestam claramente a absoluta prioridade que tem na vida cristã a “saída de si mesmo em direcção ao irmão”. Daqui decorre, que o serviço da caridade seja também uma expressão constitutiva da missão da Igreja e uma expressão irrenunciável da sua própria essência (EG 179). Dito com palavras literais do Papa, “assim como a Igreja é missionária por natureza, também brota inevitavelmente dessa natureza a caridade efectiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove.” (*Idem*).

- **A inclusão social dos pobres**

Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus para a libertação e promoção dos pobres, de modo a que estes se possam integrar plenamente na sociedade. Isto implica que sejamos dóceis e que estejamos atentos a escutar o clamor do pobre e a socorrê-lo. E se isto é assim, então fazer ouvidos surdos a esse clamor, quando nós somos os instrumentos de Deus para escutar o pobre, situa-nos fora da vontade do Pai e do seu projecto (cf. EG 187).

Que exigências decorrem do escutar o clamor dos pobres? Jesus di-lo claramente em Mc 6, 37: “Dai-lhe vos mesmos de comer!”, o que implica – diz o Papa – tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e para promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e quotidianos de solidariedade perante as misérias concretas que encontramos (EG 188).

Assim, pois, urge que se reconheça de modo eficaz a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada (EG 198). Urge, em suma, recordar a todo o mundo que o planeta é de toda a humanidade e para toda a humanidade, e que o simples facto de ter nascido num lugar com menores recursos ou com menor desenvolvimento não justifica que algumas pessoas vivam com menor dignidade (EG 190).

Mas é necessário ir, ainda, mais longe, apontando a um sonho mais alto (EG 192). Não se trata somente de assegurar a todos a comida ou um decoroso sustento, é necessário lutar, também, para que os pobres tenham prosperidade sem excepção de bem algum. E, finalmente, é necessário anunciar com insistência que, para a Igreja, a opção pelos pobres é uma categoria teológica, mais do que cultural, sociológica, política ou filosófica (cf. EG 198). Eles ocupam um lugar privilegiado no Povo de Deus (EG 197), e têm muito que ensinar-nos. Pelo que, é necessário que nos deixemos evangelizar por eles (EG 198).

Neste sentido, diz o Papa expressamente, referindo-se à EG, que “este não é um documento social e, para nos ajudar a reflectir sobre estes vários temas, temos um instrumento muito apropriado no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, cujo uso e estudo vivamente recomendo.” (nº 184). A intenção do Papa é outra: mostrar as consequências sociais que tem o Querigma. Porque a evangelização tem uma dimensão social e “se esta dimensão não for

devidamente explicitada, corre-se sempre o risco de desfigurar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora.” (nº 176).

O Papa recorda que a proposta de Jesus no Evangelho é o reino de Deus (cf. Lc 4, 43), na mesma linha dos últimos documentos pontifícios dedicados a evangelização e à missão. “Trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais.” (EG 180). Fiel ao propósito da exortação apostólica, o Papa não pretende abordar os temas sociais com a pretensão de apontar soluções. Mais bem centra-se nas questões para as quais pensa que o Evangelho pode trazer um contributo importante: a inclusão social dos pobres e a paz e o diálogo social (EG 185).

- **A relação entre fé cristã e os pobres**

O Papa mostrou muitas vezes a relação que existe entre a fé cristã e os pobres. Aqui insiste: “É uma mensagem tão clara, tão directa, tão simples e eloquente que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de relativizar.” (EG 194). E recordando S. Paulo diz que “o critério chave de autenticidade que lhe indicaram foi que não se esquecesse dos pobres” (cf. Gal 2, 10), para “não correr em vão” (cf. Gal 2, 2). O Papa afirma que, no contexto social do individualismo que se contagia na Igreja, este critério é de grande actualidade e que “nunca deve faltar: a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora.” (EG 195). Porque “para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica.” (EG 198). O Papa pede que não se fique em acções ou programas, mas que se lhes dedique uma verdadeira atenção (EG 199) e denuncia que “a pior discriminação que sofrem os pobres é a falta de cuidado espiritual.”, por isso “a opção preferencial pelos pobres deve traduzir-se, principalmente, numa solicitude religiosa privilegiada e prioritária.” (EG 200). Perante esta urgência não pode haver desculpas por parte de ninguém na Igreja (EG 201). No plano económico o Papa urge a resolver os problemas estruturais, vivendo a solidariedade (EG 202); assim mesmo recorda a vocação do empresário e do político para realizá-la na vida social, económica e política pelo bem comum de todos, em sentido universal: “A economia - como indica o próprio termo - deveria ser a arte de alcançar uma adequada administração da casa comum, que é o mundo inteiro.” (EG 206). Continuando o Papa Francisco descremina as situações de vulnerabilidade que lhe parecem mais urgentes, “cuidar a fragilidade” (EG 209ss), porque “é indispensável prestar atenção e debruçar-nos sobre as novas formas de pobreza e fragilidade, nas quais somos chamados a reconhecer Cristo sofredor.” (EG 210).

- **A relação entre a fé cristã, os pobres e a paz**

Para o Papa a paz, que está muito para além da concepção negativa da ausência de conflito, deve ser colocada em relação com o conceito “povo”, que supõe “um constante processo no qual cada nova geração se vê envolvida”; Além disso, “exige querer integrar-se e aprender a fazê-lo até se desenvolver uma cultura do encontro numa harmonia pluriforme.” (EG 220). É desta

maneira que se consegue a meta da paz. Para isso propõe quatro sábios postulados que, a partir do Evangelho, contribuem para alcançar a paz: “O tempo é superior ao espaço”, ou seja, viver com perspectiva de futuro; “A unidade prevalece sobre o conflito”, que é “é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo.” (EG 227); “A realidade é mais importante do que a ideia”, porque “a ideia - as elaborações conceituais - está ao serviço da captação, compreensão e condução da realidade.” (EG 232), de tal modo que “este critério impele-nos a pôr em prática a Palavra, a realizar obras de justiça e caridade nas quais se torne fecunda esta Palavra.” (EG 233); e, por último, “O todo é superior à parte”, pelo que “não se deve viver demasiado obcecado por questões limitadas e particulares. É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós.” (EG 235).

Finalmente o Papa fala do diálogo social como contributo para a paz, partilhando a sua reflexão: “Neste momento, existem sobretudo três campos de diálogo onde a Igreja deve estar presente, cumprindo um serviço a favor do pleno desenvolvimento do ser humano e procurando o bem comum: o diálogo com os Estados, com a sociedade – que inclui o diálogo com as culturas e as ciências – e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica” (EG 238), detendo-se no diálogo ecuménico, no diálogo com o judaísmo e no diálogo inter-religioso, no contexto da liberdade religiosa.

O Papa Francisco conclui dizendo que a sua intenção não é a de apresentar soluções para os graves problemas sociais do nosso tempo, mas: “explicitar uma vez mais a incontornável dimensão social do anúncio do Evangelho, para encorajar todos os cristãos a manifestá-la sempre nas suas palavras, atitudes e acções.” (EG 258).

• **FÉ E TESTEMUNHO ACTIVO DA CARIDADE**

Já falámos do capítulo IV da EG e do seu conhecimento devemos tirar as aplicações concretas que aterram a teoria e a convertem em prática, que dão alma ao corpo doutrinal e o convertem em acção. Por isso, quero retomar o tema da correlação entre a fé - acreditada, aceita, proclamada e celebrada – e a fé convertida em acção, em tarefa, em voluntariado, em serviço ao necessitado, em trabalho pelo próximo e numa atitude comprometida de caridade e compaixão activas, que nos tornam outros “bons samaritanos”.

O apostolado. A Igreja cumpre a sua missão quando as suas comunidades e pessoas se convertem, pelo seu estilo de vida e de serviço, em signos da presença do Reino, em testemunhos da acção e presença do Ressuscitado. É uma forma intensa e sumamente credível da missão. O testemunho daquilo que se crê e se vive constitui o amadurecimento da vocação baptismal do cristão. O serviço é a expressão natural da sua fé, Por isso podemos dizer que o testemunho da caridade forma parte primeira e principal do trabalho evangelizador da Igreja (MP 75).

Como podemos ver, o testemunho cristão inicia todo o processo evangelizador e ao mesmo tempo culmina-o, não o finaliza; pois é necessário recordar que o processo evangelizador é dinâmico e permanente.

Não é fácil verificar em directo se amamos a Deus ou não. Mas há um critério seguro: o segundo mandamento, o amor ao próximo. Aqui reside a essência da vida cristã. “Só o amor é digno de fé” (Urs Von Baltasar). Só o amor nos faz cristãos. Do amor ou desamor depende o êxito ou o fracasso da vida cristã e da própria vida humana.

Para saber onde está a chave da vida cristã integral e do fiel seguimento de Jesus, há que ter sempre presente a parábola do juízo final (Mt 25, 31-46) Há que perguntar-nos que obras implicam hoje o amor de Deus ao próximo. Indubitavelmente implica, em primeiro lugar, a caridade, que é o resume da perfeição cristã (Col 3, 14) e, neste contexto, há que dizer que as obras de misericórdia pertencem à essência da vida cristã e da vida humana (dar de comer ao faminto, vestir o nu, visitar o doente, acolher o peregrino, consolar o triste, dar bom conselho ao que dele necessitam...).

Para que as tradicionais obras de misericórdia sejam verdadeiramente evangélicas será necessário cuidar as motivações, o propósito e as consequências das mesmas. Mas um discípulo ou apóstolo de Jesus não pode prescindir das obras de misericórdia.

A caridade cristã sempre se expressou num profundo e preferencial amor aos pobres, aos frágeis, aos necessitados. É um traço essencial da Igreja de Jesus Cristo, das comunidades cristãs, de todos nós hoje, pois eles são o principal sacramento de Cristo.

A caridade cristã expressa-se no perdão dos pecados, especialmente no perdão aos inimigos. “Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem...” (Mt 5, 44-47).

O amor ao próximo implica também a justiça; o Papa Paulo VI chegou a dizer que o nome actual da caridade “política” é a “justiça”. A caridade cristã só é autêntica quando se constrói sobre a justiça.

Queridos irmãos, resumindo: a prática do seguimento de Jesus implica hoje um compromisso firme com a fé e com as obras. Não podemos dissociar a fé de toda a acção solidária, de todo o gesto humanitário, de qualquer expressão samaritana de compaixão, solidariedade e disponibilidade para com o próximo. Estas acções têm o selo verdadeiro do amor.

Oscar Andrés Cardeal Rodríguez Maradiaga, sdb
Arcebispo de Tegucigalpa
Presidente da Caritas Internationalis